

O PAPEL DO ESTADO NA SUPERAÇÃO DA CRISE DO COOPERATIVISMO AGRÁRIO PARANAENSE NOS ANOS 1990-2000

The role of the State in overcoming the crisis of agrarian cooperativism in Parana State in the 1990-2000

Pedro Ivan Christoffoli

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

pedroivanc@gmail.com

Raoni Fernandes Azeredo

Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil

raoniazeredo@gmail.com

Rosecleia Burei Presa

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

rosecleiaburei@gmail.br

Recebido: 05/10/2024

Aceito: 11/02/2025

Resumo

Nos anos 1990, uma crise na agricultura brasileira levou à bancarrota dezenas de cooperativas agropecuárias. Entretanto, um grupo seleto de cooperativas foi agraciado por significativa ajuda dos cofres públicos, constituindo um novo modelo de cooperativismo fortemente integrado aos capitais agroindustrial e financeiro. O estudo objetiva compreender esse processo analisando cooperativas agrárias paranaenses, o mais pujante e emblemático caso para demonstrar o papel central do Estado tanto na criação, reestruturação e sustentação da expansão capitalista do setor. Os resultados demonstram como os recursos estatais escolheram vencedores e induziram à criação de cooperativas bilionárias no momento histórico atual.

Palavras-chave: Recoop, crise agrária, cooperativismo, políticas públicas.

Abstract

In the 1990s, a crisis in Brazilian agriculture drove dozens of agricultural cooperatives into bankruptcy. However, a select group of cooperatives received significant public financial support, establishing a new model of cooperativism deeply integrated with agro-industrial and financial capital. This study seeks to understand this process by analysing agricultural cooperatives in Paraná, the most robust and emblematic case for illustrating the central role of the State in the creation, restructuring, and support of the sector's capitalist expansion. The results demonstrate how state resources selected winners and prompted the creation of billion-dollar cooperatives in the current historical context.

Keywords: Recoop, agrarian crisis, cooperativism, public policies.

1. INTRODUÇÃO

O Estado atua na perspectiva de assegurar o funcionamento do sistema capitalista, portanto, não está situado acima das classes sociais de forma neutra, mas sim se converte em uma forma de dominação de classe em si (Marx, 1984). Para assegurar a dominação permanente, de forma estável, o Estado busca estabelecer mecanismos ideológicos de controle social, buscando preferencialmente a conformação de uma hegemonia política e social das classes dominantes no terreno das ideias e das ações (Gramsci, 1999). Por isso a ideologia do Estado como promotor do bem comum é permanentemente trabalhada na sociedade. Em cada época histórica e em cada formação social particular há variações na forma como esse discurso se apresenta e também na estrutura em que o Estado se configura.

Recentemente, o sistema internacional viu ressurgir uma variante do liberalismo econômico que defende a redução do tamanho do Estado e seu afastamento das intervenções econômicas, e a livre atuação do mercado. O neoliberalismo como doutrina e ideologia é atualmente ainda, o sistema de ideias dominante, atendendo aos interesses do capital financeiro em escala internacional. No Brasil, este ideário irá ocorrer visando superar a crise inflacionária que se abateu sobre a economia desde os anos 1980.

No período dos governos Collor de Mello, Itamar Franco (com menor intensidade) e Fernando Henrique Cardoso se implantam medidas liberalizantes da economia, que levam o país a viver momentos de euforia e depressão (Delgado, 2005). Ao final da década de 1990 a economia brasileira entra em colapso, obrigando ao recuo do ultraliberalismo. Essa nova quebra da economia é seguida por uma reacomodação da aliança de classes no comando do país e pelo relançamento da estratégia exportadora, visando reequilibrar a balança de pagamentos (Delgado, 2012).

Nesse movimento de atualização da forma de dominação burguesa no país, articulado com o papel subordinado e dependente do Brasil na divisão internacional do trabalho, parte das cooperativas agrícolas foram selecionadas para cumprirem uma função particular importante, a de fomento à produção de commodities exportáveis e de matérias-primas para os segmentos agroindustriais dominantes. Para isso estimularam o modelo produtivo dependente do uso de agroquímicos, transgênicos e equipamentos mecânicos de alto valor, consolidando um importante mercado mundial para as corporações transnacionais agroindustriais.

Neste sentido, o presente artigo busca esmiuçar parte da evolução histórica desse modelo dominante na agricultura brasileira, tendo como *locus* o estado do Paraná, de modo

a contribuir para a compreensão dos projetos de desenvolvimento em disputa no campo brasileiro, bem como a relação que guardam com o papel e a atuação do Estado na indução e promoção do cooperativismo agrário como parte estratégica desse tipo de desenvolvimento para o meio rural. As cooperativas agropecuárias do Paraná se converteram ao longo das duas primeiras décadas dos anos 2000, no maior faturamento entre todos os estados do país no setor, superando as do Rio Grande do Sul, bem como se constituíram num baluarte do conservadorismo político, frente às demandas por transformações sociais.

A pesquisa foi de tipo quali-quantitativa, por meio de procedimentos de revisão bibliográfica e análise documental junto ao Banco Central e a balanços contábeis das cooperativas, focando mais especificamente no caso das cooperativas paranaenses. Também utilizamos estudos realizados no âmbito da pós-graduação, como parte de reflexões originadas no Projeto de Pesquisa sobre a Crise e Reestruturação do Cooperativismo Agrário paranaense e brasileiro, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Nas próximas seções, o artigo examina as interfaces entre a atuação do Estado e o desenvolvimento da agricultura, com destaque para seu papel no cooperativismo agrário. Por fim, nas duas últimas seções, analisa-se a crise no cooperativismo e os instrumentos e políticas públicas criados pelo Estado, articulados às organizações representativas e com o apoio da bancada ruralista, na reestruturação do cooperativismo agrário no Paraná entre os anos 1990 e 2000.

2. RELAÇÃO ESTADO E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

O Estado brasileiro moderno, dominado pela elite latifundiária, teve formação tardia influenciada por uma série de aspectos, pós 1822, como a independência política de Portugal; a Lei de Terras de 1850 (que limitava o acesso à terra aos ex-escravos e imigrantes); e a criação de institutos de experimentação agrícola em 1858; do Ministério da Agricultura em 1860 e, a partir de 1877, de instituições de ensino tecnológico agrícola. O fim da escravidão em 1888 e a proclamação da República em 1889 provocam um *aggiornamento* estrutural da forma de organização do Estado e da dominação de classes no país, mantendo, entretanto, resíduos das formas de exploração anteriores, como o trabalho em condições análogas à escravidão.

Posteriormente uma série de políticas voltadas à expansão da lavoura cafeeira é montada no início do século XX, visando a sustentação de preços no período das grandes

crises internacionais. Outros institutos públicos foram criados para fomentar as principais culturas de interesse dos setores latifundiários detentores do poder político à época, bem como dos interesses do Estado na regulação do preço da força de trabalho: cana de açúcar (IAA), borracha (SUDHEVEA), cacau (CEPLAC) e trigo (CTRIN) (Delgado, 1985)

O modelo de desenvolvimento agrário atual foi se conformando especialmente a partir da década de 1950 e impulsionado no período da ditadura militar. O apoio estatal se deu por meio de farta concessão de crédito subsidiado e do apoio de diversos serviços públicos agrícolas, em que se destacam os serviços de extensão rural e pesquisa, bem como a organização de um bem-sucedido esquema de sustentação de preços e lucros via mecanismos estatais de intervenção e financiamento. Mediante esse apoio dos fundos públicos, ocorreram saltos quantitativos e qualitativos nas exportações, especialmente a partir da expansão da cultura da soja nos anos 1970/1980, para cuja implantação e expansão as cooperativas agrárias exerceram papel de destaque (Fajardo, 2006; Ricken, 2009; Farias, 2015).

O sistema entrou em crise nos anos 1980, acelerando a decadência da ditadura militar, já sem apoio popular e com a economia agrícola em frangalhos. A superação da estagnação levará mais de 15 anos, até se adotar uma perspectiva neoliberal, calcada em políticas estabelecidas no chamado Consenso de Washington. Os anos 1990 marcam uma virada em relação ao papel do Estado na economia em geral e em particular na agricultura e no desenvolvimento rural.

Esse processo resultou na diminuição dos gastos do Estado com políticas públicas de desenvolvimento agrícola, mesmo em países com longo histórico de financiamento público (Castro, 2019; Alston; Pardey; Roseboom, 1998). No Brasil, o ano de 1990 marca a inflexão nas políticas erigidas durante a ditadura militar, que desde os anos 1960 se baseavam em elevada intervenção do Estado na agricultura, via instituições e políticas voltadas a dirigir o desenvolvimento do setor numa perspectiva de consolidação de relações capitalistas de produção e de apropriação do trabalho e da natureza. Na Europa, também ocorre essa redução do papel estatal para a agricultura, ainda que confrontada por mobilizações camponesas radicalizadas. Portanto, a implantação do neoliberalismo não se deu sem contestação ao nível internacional, dos camponeses aliados do sistema. Um exemplo foi a constituição da *Via Campesina*, como articulação e mobilização internacional de movimentos camponeses, em que um dos elementos unificadores era a luta política anti-neoliberal (Desmarais, 2013).

A confrontação ao paradigma neoliberal buscou focar para além do mero desenvolvimento agrícola, buscando incorporar questões como a preservação da paisagem rural como bem público e dos ecossistemas, a pluriatividade das famílias rurais, entre outros. Esse novo paradigma estimula o desenvolvimento da economia dos meios rurais na totalidade, não apenas do setor agrícola (Ploeg, 2000).

Entretanto, no caso brasileiro, a perspectiva dominante tem historicamente sido a de que o rural se resume basicamente ao espaço agrícola, circunscrito apenas à produção de mercadorias voltadas ao mercado interno e principalmente à exportação. As políticas públicas direcionadas ao setor dialogam raramente com as outras perspectivas colocadas anteriormente. E assim não foi diferente com o cooperativismo agrário, onde a tutela do Estado escalou o segmento como estratégia de difusão-materialização da modernização conservadora da agricultura.

3. A RELAÇÃO ESTADO E COOPERATIVISMO AGRÁRIO NO BRASIL

Para Benetti (1985), Loureiro (1981) e Mendonça (2002) as cooperativas brasileiras transformaram-se, especialmente após 1930, em órgãos de repasse das políticas de fomento às atividades agrícolas, ao mesmo tempo, em que desenvolveram e autonomizaram atividades que seriam funções de acumulação do Estado capitalista. Esta ação teve como objetivo apoiar não só as atividades propriamente cooperativas, mas principalmente os setores produtivos agrícolas a elas vinculados. As cooperativas foram importantes instrumentos de modernização agrícola. Assim, compreende-se que o cooperativismo agrícola no Brasil foi tutelado e utilizado como ferramenta paraestatal de indução de relações capitalistas de produção no campo (Silva, 2006), especialmente no estabelecimento de relações mercantis de consumo de insumos químicos e genéticos, bem como na facilitação da logística de processamento e armazenamento das colheitas agrícolas e seu direcionamento para o consumo urbano e às exportações.

Para impulsionar o modelo, o Estado brasileiro desenvolveu ações de fomento à criação e consolidação de um cooperativismo agrícola sob seu controle. A concessão de crédito a taxas reais negativas, somada às condições favoráveis dos financiamentos (critérios de enquadramento, prazos e carências elásticas) se constituíram no principal mecanismo de consolidação dos interesses agroindustriais/cooperativos e da política estatal da época (Delgado, 1985; Hespanhol; Costa 1995).

Como resultado, houve uma rápida expansão territorial das cooperativas agrárias brasileiras, resultando no aumento de número empresas e de associados, na ampliação de

volume da produção recebida, na redução dos custos e obtenção de melhores preços nas compras dos insumos, bem como no aumento do faturamento bruto e do capital integralizado. A título de ilustração, no caso do Paraná, em 1976 existiam 72 cooperativas agrárias com 66.282 cooperados, passando respectivamente para 70 cooperativas e 197.497 cooperados em 1987 (aumento de 298% nos associados). Houve também elevação na participação do cooperativismo na intermediação da produção primária paranaense, saltando de 20% na safra 1975/76 para 42% na safra 1986/87¹ (Marandola e Rodrigues, 1988).

O valor acessado pelas cooperativas agrícolas, em 1970, foi de R\$ 8,7 bilhões (atualizado pelo IGP-DI/FGV até maio/2023). Destes, 58,6% foram para repasse a cooperados, visando a adoção de tecnologias da Revolução Verde, e 41,4% destinados às próprias cooperativas. Em 1980, o volume de crédito para cooperativas ascendeu a R\$ 84,9 bilhões. Além de farto, embute subsídios bilionários, visto que a taxa de inflação anual chegava a 110% e a taxa de juros a apenas 45%.

O modelo induzia a produção de mercadorias setoriais, por meio de incentivos fiscais e financeiros, protegia as margens de lucro da burguesia agrária (já que os preços eram controlados pelo governo via PGPM) e também assegurava a valorização patrimonial (preço da terra) (Delgado, 2012). Esta estratégia trouxe estímulos expressivos para a territorialização das cooperativas agrárias, possibilitando ainda uma integração técnica da agricultura com a indústria e o capital financeiro, sustentada por um conjunto² de ações de transferência de fundos públicos do Estado.

Essa mesma política induziu um processo de modernização das unidades produtivas no campo, tendo como resultado que, quanto mais moderna a unidade de produção agrícola, maior a necessidade de capital de giro e de investimentos, financiados pelos bancos. Este período marca a mudança de base técnica e também a crescente dependência financeira da produção agrícola brasileira (Farias, 2015; Delgado, 1985; Delgado, 2012). Portanto, ancorado num pacto político estruturado para promover relações

¹ Quanto à soja, as cooperativas foram responsáveis por 33%, 57% e 70% da produção nas safras de 1975/76, 1981/82 e 1986/87 respectivamente (Marandola e Rodrigues, 1988).

² As diretrizes políticas implantadas pelos militares se embasavam em três aspectos: (i) a desoneração dos riscos estruturais (riscos de produção - PROAGRO; riscos de preço - PGPM) com o Estado passando a assumi-los; (ii) adoção de pacotes tecnológicos que possibilitaram aumento de produção (políticas de Pesquisa - EMBRAPA - e extensão rural - EMATER) financiados por recursos públicos; e (iii) aprofundamento das relações de crédito na agricultura (SNCR; Incentivos Fiscais - via desoneração do ITR e permissão de descontos no Imposto de Renda para aplicação em segmentos específicos da agricultura) com subsídio direto aos grandes produtores (Delgado, 2012).

de produção capitalista no campo, as cooperativas agrárias foram fortalecidas como instrumento do Estado por meio de políticas públicas e vultosos subsídios.

Segundo Gerke (1992, p. 168), sob o pretexto de “fazer frente aos grandes monopólios e oligopólios nacionais”, o governo viu nas cooperativas, a possibilidade de controlar melhor o setor agrícola incentivando sua criação e, conjuntamente, aumentando a dominância dos grandes proprietários de terra em detrimento ao sufocamento dos pequenos. Uma crítica a Gerke diz respeito a que a função das cooperativas no período foi mais bem ser uma linha auxiliar às grandes corporações, do que ser uma alternativa, ou barreira às mesmas, visto a função exercida pelo cooperativismo na indução do modelo agroquímico e de organizar aparelhos e cadeias logísticas no processo de recepção, armazenagem e transporte dos produtos agrícolas produzidos no interior do país até os portos (para exportação), e às cidades onde se concentrava o consumo alimentar, ambos espaços controlados pelos conglomerados capitalistas privados nacionais ou transnacionais.

Esse sistema de economia política erigido pela ditadura militar, no entanto, é abalado pela crise internacional da dívida que se inicia em 1982 pela declaração de moratória pelo México. O governo brasileiro se vê coagido a rever a prática de subsídios e outros sistemas de suporte ao agro. O programa de crédito é reestruturado, expurgando-se os subsídios e reduzindo o volume financiado no crédito rural.

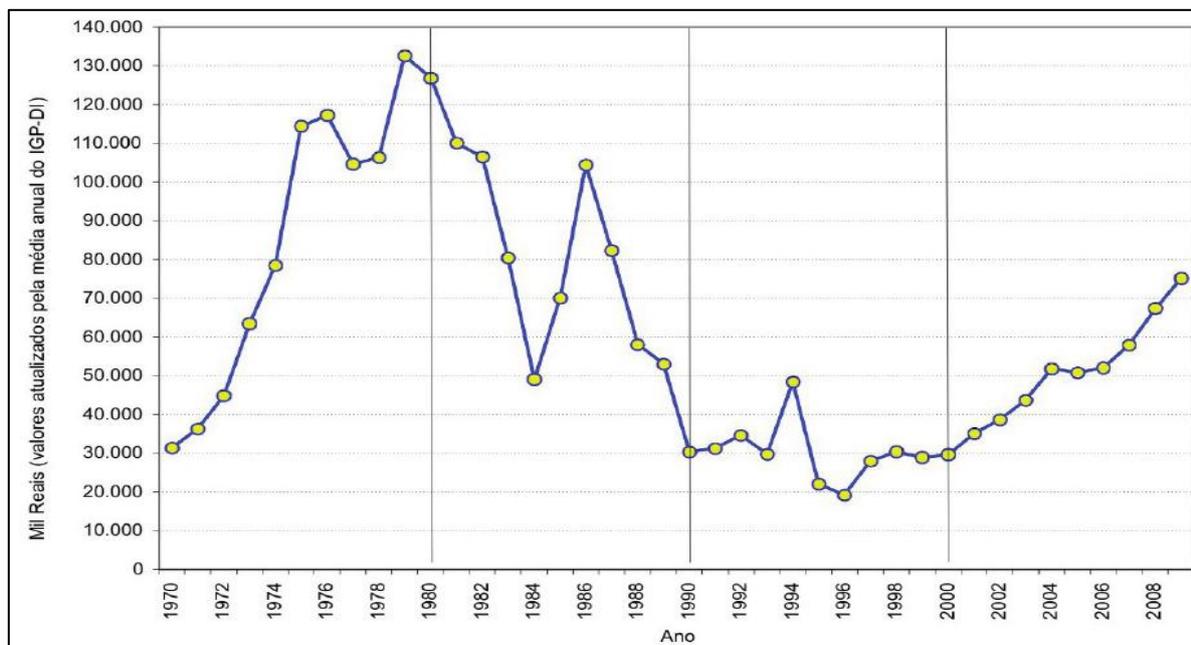


Figura 1 - Evolução do crédito rural no Brasil, de 1970 a 2009

Fonte: Ramos; Martha Jr. (2010).

Em 1984 os subsídios mediante juros negativos já estavam descartados e há um enxugamento do aporte de recursos públicos ao crédito rural (figura 1). Com juros positivos e escassez na disponibilidade, o agro se obriga a buscar mecanismos alternativos privados de financiamento. Dos R\$ 2,8 trilhões de reais disponibilizados em 1980, o volume de crédito se reduz para R\$ 678,8 bilhões em 1990, em valores atualizados de 2023, sendo que o valor disponibilizado às cooperativas agrícolas chegou a 110,3 bilhões de reais. Além de reduzidos, contaram com cada vez menor participação do tesouro nacional no seu financiamento.

a participação do Tesouro Nacional nos financiamentos do crédito rural, que era de 87,0%, em média, na primeira metade da década de 1980, recuou para 40,0% na segunda metade da década. Nos anos de 1990, a participação caiu ainda mais: 15,0% nos primeiros cinco anos e 1,5% nos últimos cinco, segundo dados do Banco Central (Ramos; Martha Jr., 2010, p. 11).

Até os anos 1980, a escassez de capitais privados distribuídos ao longo do vasto território rural brasileiro, dificultava a difusão tecnológica da Revolução Verde, assim como a carência de estruturas de armazenagem e transporte, afetava o recolhimento da produção. O objetivo de redução no preço dos alimentos nas grandes cidades e a geração de excedentes exportáveis utilizáveis para financiar a crescente industrialização nacional, amparavam-se no aumento de produtividade nas atividades agrícolas.

A indução das cooperativas pelo Estado, desde os anos 1950-60, com a mobilização complementar de capital social dos cooperados permitiu a constituição de empreendimentos que se encarregaram, durante certo tempo, da promoção da modernização da produção e da recepção e encaminhamento da mesma aos destinos previstos pelo sistema. Coerente com essa visão, a intervenção do Estado nas cooperativas foi assegurada por uma legislação interventora e limitadora da autonomia do movimento associativo, implantada em plena ditadura militar, com a Lei 5764/71.

Também foi muito empregado o sistema de portas giratórias, em que quadros do Estado adentravam as cooperativas e vice-versa. Essa função estrutural das cooperativas junto ao Estado perdurou, como afirmamos, até o início da década de 1980, quando a crise da dívida externa afetou a capacidade do governo manter os subsídios e, conseqüentemente, os direcionamentos construídos desde o período anterior. O pacto agrário erigido pelo golpe ditatorial de 1964 começa a se romper, e inicia-se um longo período de transição do conjunto de políticas macroeconômicas voltadas ao rural brasileiro. A luta pelo retorno à democracia se acirra num contexto de crise econômica com elevado desemprego e hiperinflação.

Os recursos para o crédito rural passaram a ser buscados em arranjos de política que obrigaram os bancos a direcionar parte dos depósitos à vista para o setor agrícola, suprimindo parte do montante necessário. A forma e o volume dos subsídios foram alterados, de maneira que o Tesouro responde pela equalização (subsídio) das taxas de juros para os produtores. Com essa medida, um menor volume de recursos do Estado é capaz de alavancar volumes consideráveis de recursos disponíveis no sistema financeiro nacional.

Neste período as políticas agrícolas da ditadura militar que implicavam a sustentação de preços, o subsídio ao crédito e uma série de instituições de apoio visando a valorização do preço das terras (numa forma de assegurar o pacto político com a burguesia agrária) foram se esvaziando. Com o início do ciclo neoliberal no país (governos Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso), foram extintos diversos órgãos responsáveis pela execução da política agrícola e agrária. Alguns serão depois recriados, ou mesmo reconfigurados, com a junção de vários organismos (como por ex. a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB), numa reconfiguração *a posteriori* desse pacto agrário conservador.

O avanço da política de subordinação internacional da economia brasileira se implementa via liberalização³ das importações agrícolas e a redução da presença do Estado. Como resultado, os saldos externos do comércio brasileiro se reduzem e ampliam o déficit na conta-corrente do país, na faixa de 3,5% do PIB ao ano, totalizando US\$ 180 bilhões em 8 anos. A crise do modelo de financiamento, com a redução da presença estatal, e o descasamento de preços agrícolas, em queda desde a liberalização, resultam no esfacelamento da renda agrícola e numa profunda crise de endividamento no setor, nos anos 1990.

Com a redução do crédito oficial, para o financiamento das safras, as cooperativas buscaram o mercado financeiro, via emissão de títulos privados, de certificados negociados em bolsas de mercadorias, e da troca de produtos por insumos (Medeiros e Padilha, 2014 *apud* Belik e Paulillo, 2001). Muitas cooperativas assumiram o risco creditício no fornecimento de insumos para seus cooperados (Gimenes; Gimenes; Gozer, 2008; Menegário, 2000).

O contexto macroeconômico da âncora verde (contenção da inflação pela liberação da importação de produtos agrícolas, mesmo que subsidiados) levou à inadimplência milhares de produtores, inclusive os sócios de cooperativas, sendo estas acionadas pelos

³ A nova política adotada é de “forte liberalidade, ancorada no tripé câmbio sobrevalorizado, tarifas mitigadas e desregulamentação no campo das políticas de fomento agrícola e industrial” (Delgado, 2012, p. 81).

credores. No ano de 1990, a dívida acumulada pelos agricultores com o Banco do Brasil se aproximava de 24 bilhões de reais, concentrada, em sua quase totalidade, na camada dos grandes produtores (Helfand; Resende, 2001). Somando-se a isso o expressivo aumento de dívidas próprias das cooperativas, resultou em elevados índices de endividamento, muitas vezes insustentáveis frente à queda de receitas do período, levando dezenas de cooperativas a entrar em liquidação. Segundo estudo divulgado pela Revista Agronegócios da FGV (2001b), o endividamento mediano das cooperativas nacionais na década de 90 apresentou uma crescente evolução - em 1994 era de 90% do Patrimônio Líquido (PL) atingindo o patamar de 156% em 1999, estabilizando-se nesse patamar em 2000.

Como resultado, na segunda metade da década de 1990 diversas cooperativas agrárias foram fechadas, como a Cooperativa Agrícola de Cotia, a maior cooperativa brasileira de então (com matriz em São Paulo e filiais na região Sul). No Paraná, fecharam as portas ou sofreram grave crise: COOPERSUL, CAPAB, COAMIG, CAMDUL, CAMILAS, COAGRI, CAPEG, COMFRABEL, AGRÁRIA, COCAMAR e COASUL, dentre outras. Entre as que sobreviveram, a maioria teve acesso ao Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), que veremos adiante.

Contudo, cabe salientar que os efeitos da crise não foram sentidos igualmente por todos os segmentos do meio rural brasileiro. No mesmo período em que o Estado brasileiro compactua um novo arranjo de poder envolvendo o setor capitalista agrário e os detentores de latifúndios, centenas de milhares de pequenos agricultores e suas organizações associativas foram submetidos a políticas desvantajosas e foram marginalizados, ao passo que o latifúndio foi apoiado, sustentado e subsidiado pelo *establishment*.

O fato de a política macroeconômica nacional ter possibilitado o alijamento de grande parte do setor agrário no início dos anos 1990, indica ter ocorrido no período uma recomposição das forças no bloco de poder dominante no país. As políticas implementadas para conter a inflação se alicerçaram em medidas como a âncora cambial, que deprimiu os preços agrícolas, ocasionando dificuldades de assegurar os níveis de rentabilidade exigidos pela produção capitalista no campo. Também o desmonte das instituições estatais de apoio às classes dominantes no agro, sinalizaram uma tentativa de implantação por cima, de uma organização econômica de tipo capitalista avançada, mais conforme aos ideais neoliberais. Esse experimento social levou o país a quase bancarrota, e provocou perdas significativas para amplos segmentos de agricultores e suas organizações.

A crise desse modelo mostrou a sua inviabilidade e permitiu às classes dominantes agrárias e aos setores modernizados capitalistas, uma recomposição do bloco de poder.

As cooperativas capitalistas seriam, portanto, reintegradas depois de um breve interregno em que estiveram marginalizadas, ao pacto de dominação capitalista no país. Para isso também foi fundamental o peso político das elites agrárias no controle do Congresso Nacional, obstaculizando a livre movimentação da pauta neoliberal e impondo derrotas ao Governo Cardoso, que havia alcunhado o setor agro como “caloteiro” (Folha, 1999). A construção desse novo cenário será analisada na sequência.

4. A CONFIGURAÇÃO DE NOVO PACTO DE DOMINAÇÃO COMO ELEMENTO DE SUPERAÇÃO DA CRISE

Dada a crise no setor, as cooperativas, através de suas organizações representativas e com apoio da bancada ruralista, buscaram articular apoios para salvar parte das cooperativas afetadas. Buscaram soluções sustentadas pelos fundos públicos, frente aos problemas decorrentes dos seus equívocos estratégicos frente aos planos econômicos, especialmente o Plano Real, e sua âncora verde (FGV, 2001a; Azerêdo, 2016). A nova configuração do bloco de poder aparece nas entrelinhas do depoimento de João Paulo Koslowski, ex-presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR):

Nós estivemos, num ano, 42 vezes em Brasília para acompanhar o Recoop, praticamente toda semana a gente estava lá em reuniões na Casa Civil, no Ministério da Fazenda, na Agricultura e, principalmente, junto aos parlamentares para discutir todos os aspectos, com objetivo de desenhar o programa [...]. Na discussão do RECOOP, houve um embasamento sobre a necessidade de treinamentos e capacitação, e melhoria da gestão das cooperativas, [...] se desenhando um programa que mais tarde se chamou SESCOOP. (Setti, 2011, p. 207-208).

É rearticulado nesse período, o bloco de poder sacramentado pela bancada ruralista no Congresso Nacional (Frente Parlamentar Mista da Agropecuária) e pelo sistema financeiro, visando estabelecer uma nova fase de desenvolvimento capitalista no campo, que mais tarde será denominada como agronegócio (Delgado, 2012).

Foi assegurado à burguesia agrária e às cooperativas capitalistas, o refinanciamento das dívidas e a possibilidade de contrair novos empréstimos, via generoso aporte financeiro público, visando a melhoria da posição competitiva das mesmas no cenário agrícola nacional e internacional. Esse acordo também era de interesse dos bancos e dos setores que lucram com as relações em torno da produção agrícola, visto que uma quebra generalizada do setor iria afetar a dinâmica de acumulação de capital de amplos segmentos das cadeias produtivas envolvidas pela agropecuária. Ou seja, o Estado salvaria, mediante abertura dos cofres públicos, diversos setores da economia brasileira.

Como parte do pacto, instalou-se no Congresso Nacional a Comissão Parlamentar Mista de Investigação das Causas do Endividamento da Agricultura (CPMI), que culminou no final de 1995 com a aprovação de proposta de renegociação das dívidas agrícolas, (Lei 9.138/1995) que cria três programas de suporte à agricultura para conter a bancarrota dos grandes e médios agricultores e das cooperativas ligadas ao agronegócio⁴:

✓ Programa de Securitização (estatização da dívida agrícola privada), destinada a permitir, de imediato, o acesso ao crédito aos produtores afetados pelo endividamento- tendo como alvo os débitos de agricultores e cooperativas, inferiores a R\$ 200 mil. - Estima-se em mais de 5 bilhões renegociados (não majoritariamente de cooperativas, mas sim de agricultores individuais).

✓ Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) - destinado a permitir, de imediato, o acesso ao crédito dos produtores afetados pelo endividamento- tendo como alvo, as dívidas de contratos originalmente maiores que R\$ 200 mil, totalizando 5,2 bilhões de Reais renegociados até 2001 (Espírito Santo, 2001).

✓ Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), criado pela Medida Provisória n.º 1.715, de 29 de outubro de 1998 (Alves, 2003; Padilha, 2014).

Assegurado o marco legal para renegociação de dívidas e aliviados do peso dessa condição⁵, o setor cooperativista iniciou a estruturação de um programa de reorganização do seu modelo de gestão, criando uma instituição paraestatal voltada ao *aggiornamento* capitalista da gestão cooperativa, com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Esse conjunto de programas possibilitou a recomposição do pacto agrário-capital financeiro, bancado pelo Estado capitalista, possibilitando a continuidade do processo de financiamento ao agronegócio, com a sociedade brasileira arcando com os prejuízos do período anterior, sem maiores ônus para a classe agrária dominante. É do último programa, o RECOOP, que se fará a análise daqui em diante.

O RECOOP tinha como objetivo institucional reestruturar e capitalizar as cooperativas de produção agropecuária, visando seu desenvolvimento autossustentado e criando condições de competitividade, buscando a manutenção, geração e melhoria do emprego e da renda (Alves, 2003). O Tesouro Nacional alocaria recursos da ordem de R\$ 2,1 bilhões, gerados através da emissão de títulos públicos. Os prazos de amortização poderiam ser de

⁴ Importante salientar que apenas cooperativas selecionadas do agronegócio foram socorridas. Outras cooperativas ligadas a pequenos produtores e a assentados da reforma agrária foram abandonadas e algumas perseguidas, até sua inviabilização, caso da COAGRI, no Paraná.

⁵ A preços de 1996 estima-se em R\$ 19 bilhões os valores renegociados de dívidas rurais, o que equivaleria a 24% da renda bruta total da agricultura brasileira (Espírito Santo, 2001). Isso indica o forte socorro exercido pelo Estado aos ruralistas e suas organizações. A preços de 2001, segundo o autor citado, o subsídio estatal apenas em equalização de juros equivalia a 1,5 bilhão de dólares anuais. Adicionalmente, após os 2 anos de carência e frente ao não pagamento das parcelas, os grandes produtores obtiveram novo prazo de carência de 2 anos e os que pagaram em dia, obtiveram bônus de adimplência de 15 e 30% para as parcelas vincendas em 1999 e 2000 (subsídios adicionais).

até 15 anos, com encargos financeiros calculados à razão de 4% ao ano mais a variação do IGP-DI (Índice Geral de Preço - Disponibilidade Interna).

Os recursos deste programa foram utilizados para: a) pagamento de dívidas das cooperativas junto ao mercado financeiro; b) capitalização de quotas-partes; c) refinanciamento de dívidas com cooperados e valores a receber de cooperados; d) pagamento de dívidas tributárias e fiscais com fornecedores e encargos trabalhistas e sociais; e) financiamento de investimentos e capital de giro (BACEN, 1999 – Resolução 002665).

As cooperativas beneficiadas criaram, a partir da conquista deste programa, condições para um relançamento, em uma perspectiva competitiva de nova matriz, superando a fase anterior das cooperativas como braços menores da política estatal. Consolidou-se um novo bloco do poder ruralista, configurado num segmento capitalista dinâmico abertamente politizado, numa aliança orgânica com outros segmentos da classe burguesa agrário-industrial-financeira via estabelecimento de compromissos, na pauta legislativa e na política eleitoral, via estruturação e atuação orgânica da bancada ruralista e cooperativista. Essa estratégia inclui o apoio das grandes cooperativas a candidatos parlamentares de direita nas eleições legislativas e majoritárias, numa estratégia que segue inalterada até os dias atuais (OCEPAR, 2018).

As cooperativas deveriam aprovar uma proposta contemplando cinco projetos do programa: 1º) Reestruturação e Viabilidade Econômico-Financeira; 2º) Capitalização: recursos novos para a reestruturação da cooperativa; 3º) Profissionalização da Gestão; 4º) Organização e Profissionalização dos Associados: selecionar (logo, excluir) e fidelizar os associados à cooperativa; 5º) Monitoramento do PDC: monitora a execução dos demais projetos (Ew, 2001).

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN 2018), apenas 134 cooperativas agropecuárias acessaram o RECOOP, sendo a maioria na região Sudeste (50) e na região Sul (75), que também receberam o maior volume de recursos: de um total de R\$ 840.9 milhões liberados⁶, as cooperativas do Sudeste receberam R\$ 152.6 milhões, e as do Sul R\$ 663.8 milhões, o que representa respectivamente 18% e 79% do montante geral do programa. As regiões Norte e Nordeste tiveram participações ínfimas. A principal destinação dos recursos foi para o alongamento de dívidas.

⁶ Este valor atualizado pelo IGP-DI, data base 05/2023, representa o montante de R\$ 4.163.705.628,10. Entretanto, Medeiros e Padilha (2014) apontam que o montante liberado teria sido de R\$ 1,25 bilhão, para 172 cooperativas (contudo, não explicitam a fonte dos dados).

Obtidos os recursos, a próxima ofensiva ruralista visou reduzir os encargos vigentes, visando benefícios ainda maiores sobre os fundos públicos. Essa ofensiva política foi coordenada estreitamente pela OCB e bancada ruralista (Koslovski, 2018). A partir de 2002, os encargos financeiros incidentes sobre as operações do programa são alterados, com a determinação de uma taxa de juros fixa em 9,75% a.a. A inflação efetiva de 2001 ficou em 7,67% subindo para 12,53% em 2002, enquanto a taxa Selic contabilizou 19,05% em 2001 e 24,9% em 2002 (BACEN, 2019).

A sucessiva redução de encargos e a renegociação dos financiamentos do RECOOP representou um aporte adicional de subsídios ao setor. Nesse sentido, o programa não fugiu à regra de espalhar benesses aos segmentos já enriquecidos e detentores de vasto patrimônio, no meio rural⁷. Apesar das promessas do setor cooperativista de que os empréstimos seriam honrados, e das sucessivas renegociações conquistadas, o programa enfrentou sucessivos atrasos de pagamento por diversas cooperativas⁸.

Demonstraremos a seguir o impacto do Programa no estado brasileiro em que se concentram as principais e maiores cooperativas do agronegócio no país. E em como, partindo de uma situação de endividamento e quebra, as mesmas se convertem, com o apoio de subsídios públicos, em campeãs multibilionárias, articulando interesses das classes dominantes no meio rural, do setor financeiro, das empresas fornecedoras de insumos e dos setores industriais de máquinas e beneficiamento de produtos agrícolas.

5. CRISE E REESTRUTURAÇÃO DO COOPERATIVISMO AGRÁRIO NO PARANÁ A PARTIR DOS ANOS 1990

No estado do Paraná, o cooperativismo ligado à Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) apresenta-se publicamente por meio de organizações pujantes e bem-sucedidas, com faturamento de R\$ 70,7 bilhões em 2018 e chegando a superar a marca dos 160 bilhões em 2022 apenas com as 62 cooperativas agrícolas (Gazeta, 2018; OCEPAR, 2023). Tais números demonstram o suposto acerto e o sucesso do modelo produtivo do agronegócio cooperativo, considerado modelo e referência em todo

⁷ A título de exemplo dessa situação: O maior devedor no Estado do Rio Grande do Sul, empresário capitalista produtor de arroz, acumulava dívida superior à soma correspondente, de todas as famílias assentadas pela reforma agrária nesse mesmo estado, caracterizando a injusta colheita de subsídios pelo setor ruralista na negociação das dívidas no período (Fonte: comunicação oral do falecido Deputado Federal Adão Pretto, com base em dados restritos obtidos junto ao Banco do Brasil).

⁸ Houve várias renegociações do RECOOP por cooperativas inadimplentes. Em 2003, uma renegociação baixou taxas de juros e ampliou prazos, em até 20 anos. Em 2010, ainda havia atrasos de pagamentos, referentes ao RECOOP, no montante de R\$ 32,8 milhões, sendo então considerado de alto risco de inadimplência, 20% desse montante. Mesmo em 2020, há resíduos em atraso referentes ao programa (Brasil, 2020).

o país. Por diversas vezes, esses dados vêm amparados por um discurso de eficiência e autonomia cooperativistas frente ao Estado, amparando narrativas neoliberais e privatistas e quase sempre contrários a políticas sociais e reformas estruturais, como a Reforma Agrária. Entretanto, buscamos analisá-los em sua evolução histórica.

No Paraná, até meados dos anos 1960, o meio rural se caracterizava pela presença de inúmeras cooperativas agrárias de tamanho incipiente, embora algumas cooperativas de imigrantes já apresentassem certa solidez (Ricken, 2009; Serra, 2013). Houve uma fase em que se organizaram cooperativas por produtos, como as de erva-mate (1940) e as do café (1960). As primeiras, surgidas com a crise da exportação de erva-mate, não sobreviveram. E, com as sucessivas geadas que atingiram grande parte dos municípios do Estado entre 1962 e 1967, que levaram à erradicação de 250 milhões de pés de café, houve o fechamento de dezenas de cooperativas cafeeiras. Nos anos 1970, com a expansão de outras culturas, notadamente trigo e soja, em áreas antes dedicadas exclusivamente à cultura cafeeira, muitas cooperativas se voltam à atividade de grãos, sendo o caso mais emblemático a cooperativa COCAMAR (Marandola; Rodrigues, 1988).

Na perspectiva de elevar e organizar a produção agrícola, o governo paranaense, em uma parceria envolvendo órgãos como o INCRA, Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) e Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA), com o apoio do Banco do Brasil, do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE), do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e da Companhia de Financiamento e Produção (CFP), instituiu em 1971 um plano de zoneamento espacial do cooperativismo, cujo objetivo era implantar um modelo organizativo que partia da delimitação das áreas de responsabilidade das cooperativas tendo por meta organizar territorialmente a produção agropecuária. Para isso, foi fundamental a estruturação e atuação do serviço público de extensão rural, por meio da difusão de técnicas da chamada Revolução Verde, inculcando gradualmente a concepção produtivista em pequenos e médios agricultores, ao passo que estabelecia uma aliança estratégica de classe, de forma subordinada ao setor latifundiário.

Um dos aspectos centrais desse serviço foi a capacitação do quadro técnico da extensão rural, numa perspectiva doutrinária-filosófica, acompanhado de técnicas de comunicação e metodologia de convencimento dos agricultores. Este treinamento deixava claro, de um lado, o papel dos extensionistas enquanto veiculadores da adoção das técnicas/tecnologias da Revolução Verde, e de outro, o inculcamento e construção do consenso ativo em torno deste projeto junto a agricultores e sociedade em geral.

A ACARPA, precursora do atual Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR/PR), foi peça fundamental na indução de mudança do modelo tecnológico empregado na agricultura, e também teve papel-chave na criação e direcionamento de várias cooperativas no Paraná, e na consolidação do que seria o cooperativismo empresarial. Essa ação resultou no envolvimento direto de extensionistas estatais na diretoria das cooperativas criadas, como mostramos no quadro 1.

Quadro 1: Extensionistas de destaque no desenvolvimento do cooperativismo paranaense.

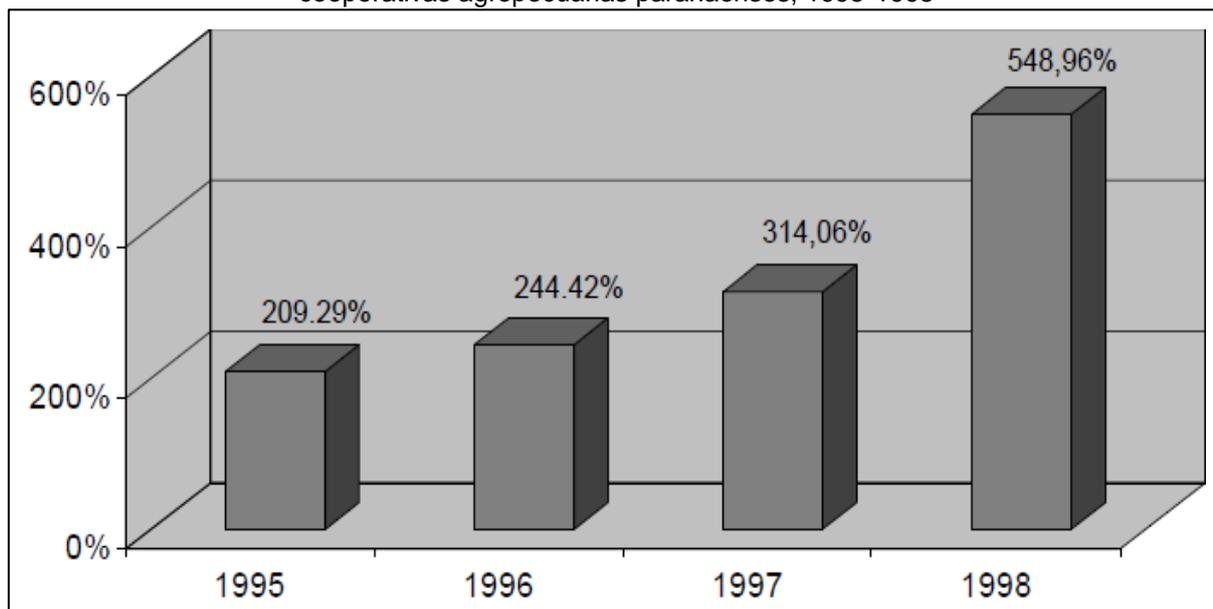
Silvio Tedeo	Ex-coordenador do cooperativismo da Acarpa, homenageado como membro construtor da OCEPAR;
Carlos Rodolfo V. Krüeger	Ex-Acarpa, homenageado pelas cooperativas como membro construtor da Ocepar
Duilio José de Paola	Ex-Acarpa, homenageado como membro construtor da Ocepar
Hans H. Gunther	Ex-Acarpa e homenageado por significativa contribuição à constituição da Ocepar
João Paulo Koslovski	Ex-Acarpa. Foi presidente da Ocepar
Benjamin Hammerschmidt	Ex-coordenador estadual de cooperativismo da Acarpa; ex-presidente da Ocepar; diretor da OCB 1979-1980; Ex-vice-presidente da OCB 1980-1982; Ex. Diretor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC); Ex-presidente da Cooperativa Central Agropecuária - COCAP);
Valter Pitol	Ex-Acarpa e presidente da Copacol
Jose Aroldo Galassini	Ex-Acarpa, ex-presidente da COAMO
Irineo da Costa Rodrigues	Ex-Acarpa, ex-presidente da COODETEC; atual presidente da Cooperativa Lar
José Roberto Ricken	Ex-Emater (anos 1980). Presidente da OCEPAR

Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de fontes diversas, em especial Setti (2011) e do site oficial da OCEPAR.

À inserção de quadros do Estado na direção das cooperativas, somou-se um amplo programa de apoio à gestão, com pessoal técnico alocado em tarefas de apoio e no estímulo monetário para técnicos de campo que induziram à formação de novas cooperativas agropecuárias. Entretanto, esse estreito vínculo do Estado com as cooperativas não impediu que a maioria delas entrasse em crise nos anos 1980 e especialmente em 1990. A situação das cooperativas paranaenses no período, no entanto, já era tão ou até mais grave do que a média nacional (gráfico 1).

Havia uma alavancagem financeira crescente das cooperativas agropecuárias paranaenses no período, expresso na participação de capital de terceiros em relação ao patrimônio líquido (PL) da cooperativa. Esse aumento da exposição ao risco, comprometeu a liquidez das cooperativas (capacidade que os ativos - bens e direitos - têm de cobrir as dívidas e obrigações) e se deu principalmente pela assunção do risco nos financiamentos do custeio da produção dos associados.

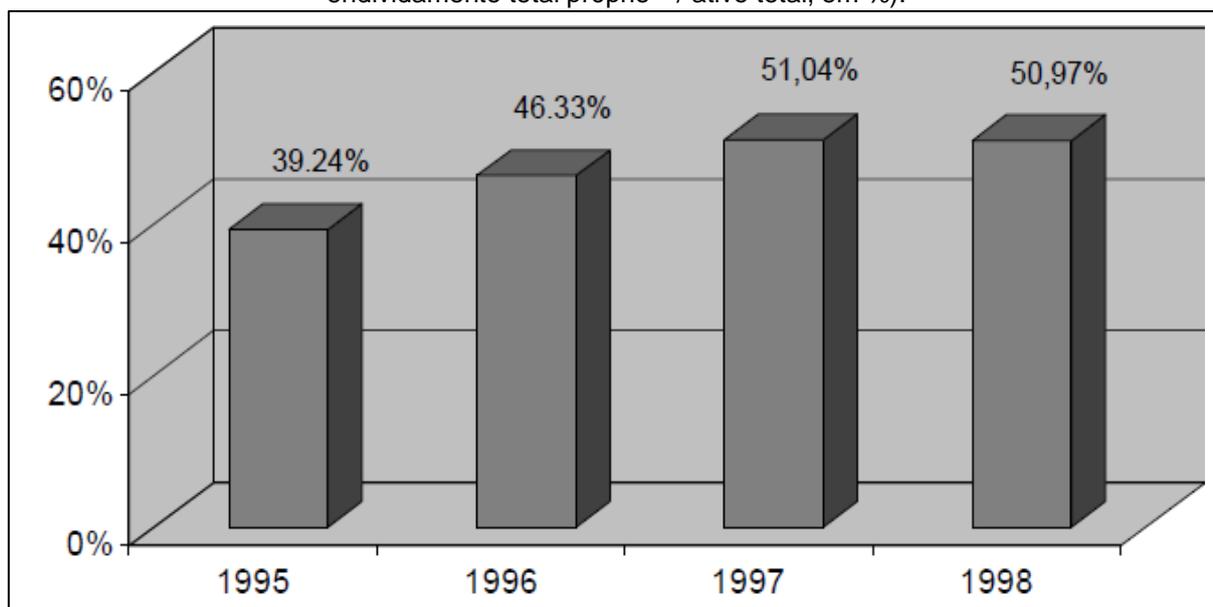
Gráfico 1 - Evolução relativa da participação de capital de terceiros⁹ na composição dos ativos das cooperativas agropecuárias paranaenses, 1995-1998



Fonte: Menegário (2000, p. 54-55) a partir de dados do Banco do Brasil.

Os dados mostram que o grau de comprometimento médio das cooperativas não configurava uma situação crítica, caso se considerasse apenas a situação da empresa, sem incluir a responsabilidade subsidiária sobre o custeio dos associados (gráfico 2).

Gráfico 2 - Evolução do endividamento das cooperativas agropecuárias paranaenses, 1995-1998 (relação endividamento total próprio¹⁰ / ativo total, em %).



Fonte: Elaboração de (Menegário, 2000, p. 54-55) a partir de dados do Banco do Brasil.

⁹ Cabe ressaltar que houve o expurgo, nos dados utilizados, daquelas cooperativas que, na ocasião, apresentavam PL negativo, o que resulta, de fato, em números mais favoráveis do que a situação real do conjunto das cooperativas. A situação, portanto, era bem mais grave do que o indicado no gráfico.

¹⁰ O método de cálculo utilizado para construir o gráfico expurgou a dívida assumida pelas cooperativas para o repasse de recursos a seus associados.

É importante salientar dois aspectos sobre esses dados: a) estão incluídas apenas as cooperativas com PL positivo; e b) esses dados médios ocultam uma diversidade de situações contrastantes, como a Cooperativa COAMO, que sempre apresentou um grau menor de endividamento, comparado com a média do setor (Azerêdo; Christoffoli, 2018). Portanto, a estratégia adotada pelas cooperativas, nos anos 1990, mostrou-se equivocada ou no mínimo temerária, acarretando elevada exposição financeira e assumindo riscos insustentáveis, frente a um possível descasamento entre as dívidas e o preço dos produtos agrícolas. Não fosse pela participação das cooperativas no rearranjo de poder que resultou na criação do RECOOP, o elevado endividamento teria certamente levado à quebra da maior parte das cooperativas agropecuárias do estado do Paraná.

Das 60 cooperativas paranaenses existentes em 1997, 27 cooperativas (45%) acessaram recursos do RECOOP, no montante total de R\$ 409.086.090,15¹¹. Tomando por base o Quadro 1, buscaremos analisar o que ocorreu com as que receberam os recursos e os impactos daí derivados sobre as perspectivas de crescimento das mesmas no período subsequente.

Apesar de um número expressivo de cooperativas¹² ter acessado o programa, no estado brasileiro que mais recebeu recursos, eles ficaram concentrados em poucas cooperativas. As 7 que mais receberam abocanharam 74% do total (equivalente a 37% do total nacional). Ademais, ainda que tendo recebido auxílio, várias cooperativas agrárias foram fechadas ou incorporadas¹³, promovendo uma reterritorialização alicerçada na concentração do capital cooperativo. Desta forma acelerou-se o processo de concentração e centralização de capitais (Marx, 1984) na agricultura, impactando o setor cooperativista por meio de fusões, incorporações e liquidações das cooperativas mais débeis e, em particular, as que não conseguiram acessar os cofres públicos no período de crise (Azerêdo; Christoffoli, 2018; Azerêdo; Bageneta; Christoffoli, 2018).

¹¹ Ou R\$ 1.670.935.202,90 - perfazendo um valor médio de R\$ 28.138,75 por sócio dessas cooperativas - em valores atualizados pelo IGP-DI(FGV), considerando o período 12/2001 a 05/2023.

¹² Há dados conflitantes sobre o número de cooperativas efetivamente beneficiadas pelo RECOOP. Alves (2003), citando dados da OCEPAR, de 2002, informa terem sido 36 as cooperativas beneficiadas. Não há neste trabalho, entretanto, o detalhamento da informação. Diante disso, utilizaram-se os dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

¹³ São os casos da VALCOOP incorporada pela COROL; Posteriormente, COROL e COFERCATU incorporadas pela COCAMAR; COOPERSUL absorvida pela AGRÁRIA; COAGEL incorporada pela COAMO; e CONFEPAR incorporada pela CATIVA.

Quadro 2: Cooperativas Paranaenses beneficiárias do RECOOP, valores totais recebidos, percentual sobre Paraná e Brasil, número de associados e de trabalhadores assalariados.

Cooperativas (sigla)	Valor concedido pelo RECOOP (R\$)	Valor atualizado até 05/2023*	% sobre recursos totais - Brasil	Nº Sócios (ano 1997)	Nº funcionários (ano 1997)
COCAMAR	89.373.295,20	685.253.769,94	11%	5.771	2.062
C.VALE - COOPERVALE	62.214.165,42	477.015.995,69	7%	5.291	1.016
COROL	38.055.439,53	291.783.282,09	5%	3.301	1.070
AGRÁRIA	34.852.638,30	267.226.376,00	4%	500	829
CASTROLANDA	30.409.216,83	285.257.709,07	4%	653	256
COPACOL (CONSOLATA)	26.530.959,00	203.421.387,74	3%	4.823	2.016
COOPERSUL	23.726.637,05	181.919.749,63	3%	não consta	não consta
FRIMESA (SUDCOOP)	15.627.881,02	119.823.985,02	2%	não consta	não consta
COASUL	11.257.160,00	86.312.262,65	1%	2.696	318
INTEGRADA	10.023.908,31	76.856.525,69	1%	1.543	752
LAR (COTREFAL)	9.994.000,00	76.627.209,07	1%	4.415	682
CONFEPAR	9.879.165,00	75.746.732,23	1%	não consta	não consta
COOPCANA	8.835.000,00	67.740.783,69	1%	não consta	não consta
FRÍSIA (BATAVO)	5.807.877,15	44.530.860,18	1%	600	439
COAGRU	5.272.032,39	40.422.366,24	1%	2.201	305
COTRIGUAÇU	4.906.667,00	37.620.992,40	1%	não consta	não consta
COCARI	4.804.867,47	36.840.462,70	1%	4.024	900
CAPAL	4.135.957,00	31.711.711,20	0%	201	150
COPAGRIL	3.345.205,00	25.648.761,55	0%	7.053	410
CAMDUL	2.317.103,78	17.765.979,17	0%	1.636	188
VALCOOP	2.641.814,00	20.255.636,75	0%	4.889	166
CLAC	1.657.446,00	12.708.171,02	0%	1.376	267
WITMARSUM	1.377.681,00	10.563.122,88	0%	378	325
COFERCATU	649.957,30	4.983.431,45	0%	815	483
COAGEL	643.762,96	4.935.937,46	0%	2.551	406
COAGRO	406.233,44	3.114.722,31	0%	4.570	261
AGROPAR	340.000,00	2.606.889,24	0%	95	17
TOTAL RECOOP PARANÁ R\$ 409.086.090,15			TOTAL RECOOP PR atualizado até 05/23* - R\$ 3.136.594.492,54		
TOTAL RECOOP BRASIL 840.950.077,80			TOTAL RECOOP BRASIL atualizado até 05/23* - R\$ 6.447.834.443,75		

*Atualizado pelo IGP-DI (FGV) período 12/1997 a 05/2023.

Fonte: Elaboração dos autores com base em STN (2018); FGV (1997) e dados das cooperativas (fontes diversas).

O programa representou a salvação de várias cooperativas paranaenses no momento de crise, e com esse patamar de finanças saneadas, habilitou-as para poderem acessar capitais novos, necessários para investimentos produtivos e comerciais, bem como para manutenção de capital de giro e custeio dos associados (Padilha; Espíndola, 2020). Essas cooperativas foram posteriormente impactadas por dois fatores estruturais positivos: primeiro, a crise fiscal e cambial de 1998-99 abala a economia brasileira, que já não

conseguiu sustentar a paridade artificial Real/Dólar e, portanto, a política de controle da inflação via importações de produtos agrícolas e industriais. O governo federal adota medidas em que altera completamente a política macroeconômica, restringindo as importações e estimulando, via reajustes cambiais, exportações do agronegócio, e de *commodities* em geral (Delgado, 2012). Também são elevadas tarifas de importação de itens sensíveis, com produção local.

Segundo, pela contínua expansão do consumo de *commodities* no mundo, puxada principalmente pela transformação econômica chinesa, que irá gradualmente ascender ao posto de principal importador de produtos do agro brasileiro. Sozinha irá absorver cerca de 40% das exportações totais agrícolas e aproximadamente 72% das exportações de soja (Duarte, 2020). O saneamento financeiro promovido pelo RECOOP habilitou as cooperativas a assumir protagonismo frente a essa oportunidade de mercado.

Logo, a transformação de cooperativas beneficiárias do RECOOP, de uma condição de insolvência, em cooperativas de faturamento bilionário que conhecemos atualmente, só se explica com o farto e generoso aporte de recursos públicos ocorrido inicialmente com o RECOOP e posteriormente com recursos do BNDES, nos anos 2000, o que pode ser visualizado no Quadro 3.

Os dados mostram uma correlação positiva entre as cooperativas agrárias paranaenses de faturamento bilionário, com as que receberam recursos do RECOOP e obtiveram acesso adicional a novos recursos de crédito pelo BNDES, além de outros fundos públicos nos anos 2000, permitindo às mesmas fortalecer e ampliar sua base territorial de atuação, via criação de entrepostos e plantas agroindustriais em territórios com alta aptidão agrícola de grãos que possuíam fragilidades nas estruturas de armazenagem, agregação de valor, dentre outros. A expansão se deu não só no Estado do Paraná, havendo transbordamento territorial para os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, permitindo crescente domínio econômico/político nos territórios, aumento de eficiência econômica, como também essas cooperativas foram as desencadeadoras de inúmeras contradições inerentes ao modelo regido pelo agronegócio.

Quadro 3: Cooperativas paranaenses financiadas pelo RECOOP (1997-2001) e pelo BNDES (2002 a jan 2021).

Cooperativas Agrárias que acessaram o RECOOP	Nº Operações	Recursos financiados com o BNDES*	Valor atualizado até 05/2023*
COCAMAR	313	R\$ 1.137.271.447	1.366.496.695,50
C.VALE (COOPERVALE)	751	R\$ 1.704.058.899	2.047.524.239,32
AGRÁRIA	143	R\$ 1.302.486.085	1.565.011.533,33
CASTROLANDA	149	R\$ 987.256.489	1.186.245.142,60
COPACOL (CONSOLATA)	486	R\$ 1.648.242.016	1.980.457.061,67
FRIMESA (SUDCOOP)	267	R\$ 706.350.297	848.720.285,08
COASUL	109	R\$ 594.258.728	714.035.853,29
INTEGRADA (TRÊS FRONTEIRAS)	197	R\$ 561.960.383	675.227.544,31
LAR (COTREFAL)	446	R\$ 1.797.757.390	2.160.108.335,81
FRÍSIA (BATAVO)	114	R\$ 476.235.058	572.223.662,83
CAPAL	44	R\$ 295.574.627	355.149.821,21
COPAGRIL	150	R\$ 447.224.937	537.366.343,07
COFERCATU**	40	R\$ 53.171.870	63.889.043,24
Total Financiado pelo BNDES - Pós Recoop ¹⁴		R\$ 11.711.848.226	14.072.455.561,26

* Projetos financiados via BNDES, com recursos dos programas: PRODECOOP; BNDES GIRO; Capacidade, Produtiva Demais Indústrias e Agropecuária; Capacidade Produtiva na Indústria, Agricultura, Comércio e Serviços; PCA; PSI - BK Demais itens; Linha de Apoio à Agropecuária; entre outros, contratadas a partir de seus respectivos lançamentos/criação (a partir de 2002) até dezembro de 2020.

** Incorporada/Adquirida pela Cocamar

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do BNDES (2021).

Ademais, vale destacar o crédito rural via operações de PRONAF que financiaram cooperativas e agricultores cooperados, alavancando suas ações; mas também de recursos oriundos de governos estaduais, mediante financiamentos, favorecimentos na implantação de unidades e mesmo vantagens fiscais diversas.

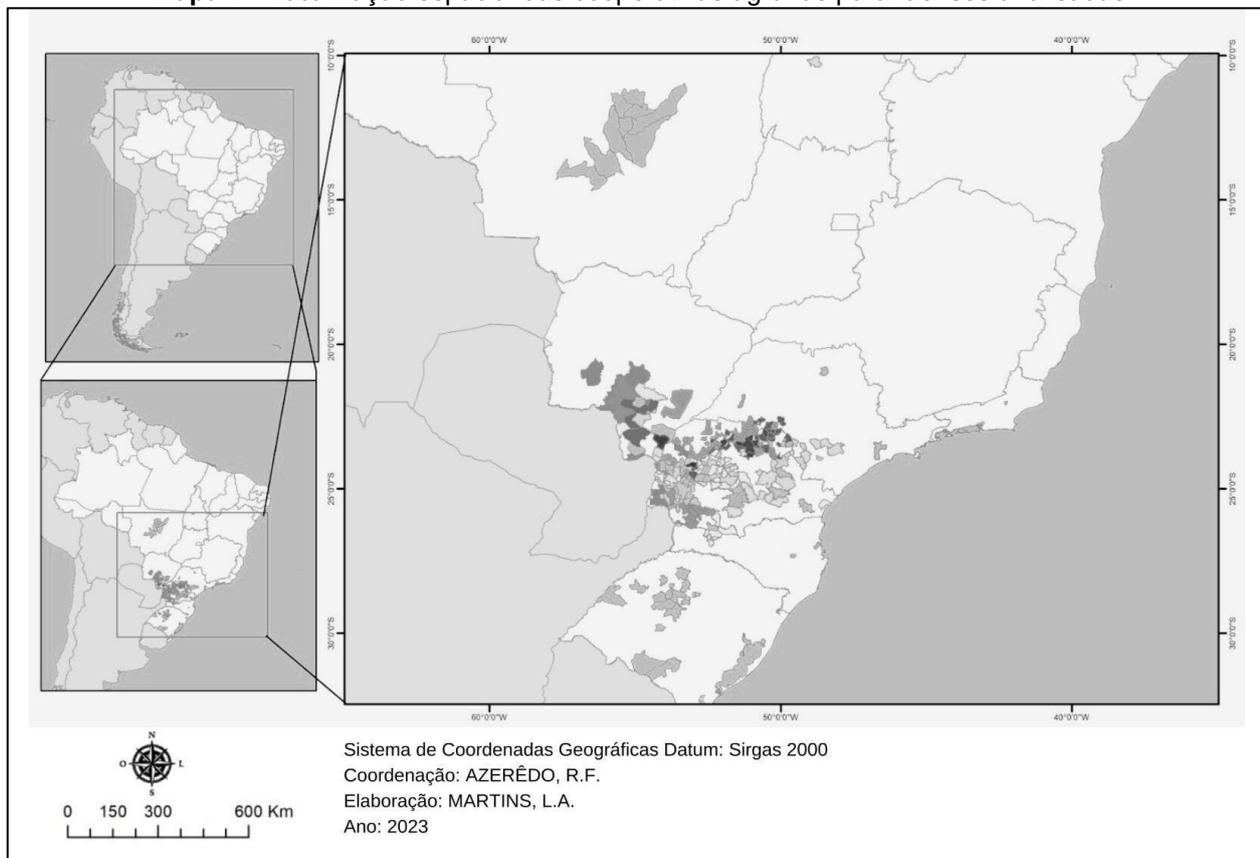
Assim, se na década de 1980 e 1990, os recursos e subsídios embutidos no crédito rural foram drasticamente reduzidos, o volume creditício Estatal (em especial por meio do BNDES e do Plano Safra) voltou a crescer nos anos 2000, tornando-se novamente o fator de impulso ao desenvolvimento do cooperativismo agrícola, tendo novamente as cooperativas do Paraná acessado a maior fatia desse recurso, com 40% dos empréstimos totais entre 2003-2018 (Padilha; Espíndola, 2020).

Além desse recurso direto, as linhas de crédito rural direcionadas aos agricultores também acabaram irrigando as cadeias produtivas e comerciais dessas cooperativas. Para exemplificar: no tocante ao crédito rural em suas várias modalidades, as cooperativas do

¹⁴ COAMO E COOPAVEL não acessaram o RECOOP. Ao englobarem estas cooperativas agrárias no seletivo grupo de financiamento com o BNDES, o montante de acesso de recursos saltaria para R\$17.943.011.643,53.

Paraná absorveram algo em torno de R\$ 2,89 bilhões, somente no ano de 2010. Ainda que em montantes anuais menores, isso ocorreu durante toda a década 2000-2010 (Medeiros; Padilha, 2014). Esse dado inclui também outras cooperativas que não tiveram acesso ao Recoop.

Mapa 1 - Localização espacial das cooperativas agrárias paranaenses analisadas



Fonte: Relatórios institucionais das cooperativas agrárias paranaenses.

Portanto, de forma inequívoca podemos afirmar que o crescente desempenho das grandes cooperativas paranaenses, com seus vigorosos índices de expansão no contexto recente da produção agropecuária e industrial, da elevação do número de empregados e sócios e consequentemente do faturamento, é também ele, fruto de alavancagem propiciada pelo acesso quase ilimitado a recursos públicos. Por outro lado, esse expressivo aporte de recursos aponta, no reverso da moeda, para um novo crescimento dos níveis de endividamento dessas mesmas cooperativas, causa estrutural primeira da crise dos anos 1990.

Por outro lado, o impacto dessa enxurrada de recursos - com graus diversos de subsídios embutidos - sobre o desenvolvimento do meio rural e sua sustentabilidade, não são necessariamente positivos, como seria de se esperar. O efeito do crédito e a atuação das cooperativas de tipo capitalista, nesse contexto, contribuíram para gerar mais

desigualdade social, aumento do êxodo rural e da contaminação ambiental pelo uso de agrotóxicos e transgênicos. Traremos alguns dados gerais sobre o agronegócio brasileiro em sua evolução recente, para ilustrar essa afirmação.

Um caso ilustrativo, foram as estratégias adotadas pela Coamo Agroindustrial Cooperativa, que teve nos anos 1988-1997 uma diminuição de 43% dos cooperados da sua base associativa, sendo excluídos principalmente os minifundiários (de 0 a 10 hectares) e pequenos produtores (até 50 hectares), reforçando e consolidando uma tendência do cooperativismo agrário paranaense em agregar grandes produtores visando melhorar sua rentabilidade econômica em detrimento de sua função social (Azerêdo, 2016). Contudo, esse não é um caso isolado, tendo ocorrido na maioria das cooperativas agrárias.

Apesar do crescente volume de recursos do crédito rural liberado no país, o impacto sobre a geração de postos de trabalho é negativa no meio rural. O número de ocupações no campo vem sendo continuamente reduzido, ano após ano. Mesmo com crescimento no PIB do agronegócio, reduz-se a ocupação agrícola (Silva, 2022).

Mesmo em anos em que ocorreu crescimento expressivo do PIB do agronegócio, como em 2017, houve redução do pessoal ocupado na agricultura (-6%) e mesmo no conjunto dos setores do agronegócio (-1,6%), apesar de um crescimento do PIB do setor de 17,1% (CEPEA, 2018). O crescimento das ocupações no agronegócio tem se localizado basicamente nos empregos assalariados, especialmente no segmento de serviços e nas agroindústrias, ainda que também em proporções menores. E registra-se percentual elevado de trabalho precarizado (sem cumprimento dos padrões legais mínimos), compondo com casos cada vez mais frequentes de trabalho em condição análoga à escravidão, um quadro de superexploração da força de trabalho no meio rural brasileiro. Os dados do CEPEA também indicam que, em 2022, 4 em cada 10 trabalhadores assalariados no agronegócio brasileiro - seja no setor agrícola ou industrial/serviços - não tiveram direitos trabalhistas plenamente respeitados (CEPEA, 2023).

Internamente às cooperativas há um crescimento do número de trabalhadores assalariados ao passo que ocorre a redução gradual do número de agricultores associados, confirmando a tendência verificada nacionalmente, de redução de pessoal ocupado no setor primário, em relação ao segmento de serviços e agroindústria. Em 2021, as cooperativas agrárias ligadas à OCB eram em número de 1.170, tendo 1.024.605 sócios e 239.628 empregados. No Paraná, nesse mesmo ano, eram 58 cooperativas com 193.734 associados e 103.140 empregados. Ou seja, ao nível nacional, existe 1 empregado assalariado nas cooperativas a cada 4,27 associados, ao passo que no Paraná esse índice

já chegava a 1 empregado para cada 1,88 associados. A implicação disso é que as cooperativas agrárias têm se convertido gradativamente em organizações capitalistas coletivas, que exploram o trabalho alheio, promovendo a extração e concentração da mais-valia, na forma típica capitalista. Isso sem considerar a existência de trabalho assalariado no interior das unidades produtivas agrícolas dos associados, não incluídas nesse cálculo.

Do ponto de vista da posição de classe dos sócios e dirigentes das grandes cooperativas agrárias, há objetivamente interesse na perpetuação da exploração de classe, seja como proprietários de meios de produção individuais, seja na apropriação de bens da natureza, como a terra e outros recursos naturais, em benefício da elite proprietária de terras. Isso ajudaria a explicar as alianças políticas e o alinhamento com a classe dominante tanto nas eleições, como no posicionamento contrário às pautas progressistas no país, seja na temática da Reforma Agrária, seja em aspectos como a legislação trabalhista, a restrição aos contaminantes ambientais, etc. Essa composição de um bloco dominante conformado com outras frações da classe dominante brasileira permite posição de controle do aparelho de Estado em benefício da manutenção do poder ruralista e do apoio deste às outras pautas da dominação política nacional. Como exemplo dessa atuação, a OCEPAR, com a OCB, implantou o Programa de Educação Política do Cooperativismo, que atuou no sentido de apoiar candidatos afins ao cooperativismo no estado.

Os paranaenses reeleitos ou eleitos e que manifestaram seu apoio ao cooperativismo são: o senador Sérgio Moro (União Brasil) e os deputados federais: Beto Preto (PSD), Beto Richa (PSDB), Deltan Dallagnol (Podemos), Dilceu Sperafico (PP), Filipe Barros (PL), Geraldo Mendes (União Brasil), Leandre dal Ponte (PSD), Luísa Canziani (PSD), Luiz Nishimori (PSD), Pedro Lupion (PP), Ricardo Barros (PP), Sandro Alex (PSD), Sérgio Souza (MDB), Toninho Wandscheer (PROS) e Tião Medeiros (PP). 'É um número muito positivo e foi obtido graças ao Programa de Educação Política do Cooperativismo Paranaense, trabalho coordenado pelo Sistema Ocepar, no âmbito do Paraná, e pelo Sistema OCB, em âmbito nacional, visando fortalecer a representação institucional do cooperativismo no Congresso Nacional', destaca Ricken (OCEPAR, 2022).

Essa informação chama atenção por listar políticos articulados apenas em partidos de direita, ainda que ao longo dos vários governos liderados por frentes de esquerda em coligação com o Partido dos Trabalhadores (PT) as cooperativas tenham sido fartamente beneficiadas pelo governo, demonstrando um alinhamento ideológico conservador ou até mesmo reacionário dessas organizações. Inclusive, vários dirigentes de cooperativas se manifestaram abertamente favoráveis a Jair Bolsonaro (Folhapress, 2022; Presente, 2018).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pujança do agronegócio cooperativo paranaense de tipo capitalista é reconhecida nacional e internacionalmente. Trata-se de uma experiência aparentemente exitosa e enaltecida pelos seus representantes como fruto da autogestão cooperativa e de sua capacidade de gestão, tecnológica e financeira.

Entretanto, o estudo buscou mostrar como esse modelo de cooperativismo foi desde seu início nos anos 1950-60 moldado consoante os interesses estatais na promoção de relações capitalistas de produção no campo paranaense. As cooperativas, ainda que conformadas majoritariamente por pequenos e médios produtores, alinharam-se política e ideologicamente ao segmento latifundiário, agregando-se ao bloco de poder conservador dominante, para assegurar benesses do sistema de dominação historicamente exercido pelo latifúndio, agora em estreita conexão com o segmento financeiro do capital.

Ainda que se caracterizam como empresas sociais, as cooperativas agrárias paranaenses vinculadas ao agronegócio se estabeleceram como instrumentos paraestatais na implementação de políticas que trouxeram como consequência o êxodo rural, a violência social, num movimento constante de exploração, exclusão e expulsão dos camponeses e indígenas de suas terras. Controladas por setores latifundiários e seus representantes na tecnocracia das empresas, as cooperativas agiram no sentido de acelerar a diferenciação social no seio do campesinato, promovendo a seleção e exclusão dos associados mais pobres e a implantação de um modelo produtivo que promoveu o desmatamento, a perda de solos e de biodiversidade, e a contaminação de corpos d'água e dos solos.

Observamos, ao longo das seções, que, abalado pela crise sistêmica do modelo nos anos 1990, o cooperativismo empresarial precisou ser socorrido com fartos recursos públicos, com subsídios embutidos nas taxas de juros e nas sucessivas renegociações. A intervenção estatal resultou no salvamento da maioria das cooperativas beneficiárias do Programa RECOOP, especialmente criado para o resgate do setor durante a crise. Contudo, a não inclusão neste programa também representou uma condenação a dezenas de cooperativas empresariais e camponesas não beneficiadas, não somente no estado paranaense.

No período posterior, já no século atual, as mesmas cooperativas puderam acessar nova leva de recursos públicos que asseguraram sua expansão e implantação de unidades agroindustriais de grande porte, possibilitando a sua territorialização não só no estado do Paraná, como além-fronteiras. Novamente, o acesso a fundos públicos demonstrou-se

essencial para esse crescimento, subsidiando a nova fase das cooperativas, muitas delas agora alcançando um faturamento bilionário.

Portanto, a conclusão geral a que se chega com o trabalho reforça achados anteriores de diversos autores que citam, como fator essencial de sua capacidade de sobrevivência e expansão, o fato recebimento de recursos públicos. Ou seja, reforça-se a tese de que o papel do Estado no delineamento do modelo de desenvolvimento seguido pelo campo, é central, e ao menos até agora, insubstituível, contrariando o discurso neoliberal dominante, bem como mensagens propaladas pelo próprio agronegócio, numa tentativa de obscurecer a sua dependência do Estado.

O estudo apresenta algumas limitações de escopo. Não aborda aspectos adicionais das relações de poder derivadas das alianças políticas estabelecidas pelo cooperativismo. Tampouco busca elucidar aspectos tecnológicos e sociais, especialmente os efeitos deletérios da opção estratégica por um modelo de cooperativismo calcado no produtivismo e na exploração do trabalho e da natureza, gerando uma série de consequências e contradições nefastas.

REFERÊNCIAS

ALSTON, J. M.; PARDEY, P. G.; ROSEBOOM, J. Financing agricultural research: international investment patterns and policy perspectives. **World Development**, v. 26, p. 1057-1072, 1998.

ALVES, A. G. M. P. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE**: histórico, situação atual e perspectivas. Porto Alegre: BRDE, 2003.

AZERÊDO, R. F. **Agronegócio cooperativo da COAMO**: territorialização, poder e controle. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2016.

AZERÊDO, R. F.; BAGENETA, J. M.; CHRISTOFFOLI, P. I. Territorialização do cooperativismo agrário frente à consolidação do modelo do agronegócio: estudos de casos na Argentina e Brasil. **Revista Pegada**, v. 19, n. 1, p. 118-149, 2018.

AZERÊDO, R. F.; CHRISTOFFOLI, P. I. Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa. **Revista NERA**, v. 21, n45, p. 72-93, 2018.

BACEN. **Anuário estatístico do crédito rural**. Brasília: BACEN, 2012.

BACEN. **Resolução nº 2665**. Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária -RECOOP, de que tratam a Medida Provisória nº 1.898-15, de 1999, e o Decreto nº 2.936, de 1999. Brasília, 1999.

BACEN. Taxa de juros – Selic anualizada base 252. 2019. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/1178-taxa-de-juros---selic-anualizada-base-252>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BNDES. **Portal de dados abertos**. Rio de Janeiro: BNDES, 2016.

BNDES. **Principais projetos financiados**. Rio de Janeiro: BNDES, 2021.

BELIK, Walter; Paulillo, Luis Fernando. Mudanças no Financiamento da Produção Agrícola Brasileira. In: LEITE, F. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2001, p. 95-120.

BENETTI, M. D. Endividamento e crise no cooperativismo empresarial do Rio Grande do Sul: Análise do caso FECOTRIGO/CENTRALSUL - 1974-83. **Ensaio FEE**, v. 6, n. 2, p. 23-55, 1985.

BRASIL. **Produtores rurais poderão aderir ao programa de renegociação de dívidas até 29 de dezembro**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/11/produtores-rurais-poderao-aderir-ao-programa-de-renegociacao-de-dividas-ate-29-de-dezembro>. Acesso em: 19 fev. 2021.

CASTRO, C. N. Desenvolvimento rural e o Estado brasileiro. In: **Boletim regional, urbano e ambiental**. Brasília: IPEA, v. 21, 2019.

CEPEA. Mercado de trabalho do Agronegócio brasileiro, 2017. **Boletim CEPEA do Mercado de Trabalho**, Piracicaba, v. 1, n. 1, 2018.

CEPEA. Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro. **Relatório referente ao 4º trimestre de 2022**. Disponível em: [https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_Mercado%20de%20Trabalho_4T2022\(1\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_Mercado%20de%20Trabalho_4T2022(1).pdf). Acesso em: 06 jul. 2023.

COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. **Notas explicativas às demonstrações financeiras**. Maringá, 2017.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985. 240p.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Ed.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51- 90.

DELGADO, G. C. **Do Capital Financeiro na Agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.146p.

DESMARAI, A. A. **A via Campesina**. São Paulo: Cultura Acadêmica/Expressão Popular, 2013. 368p.

DUARTE, I. China respondeu por 40% das exportações agrícolas brasileiras no 1º semestre. **Uol Economia**, 24 julho, 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/07/24/china-respondeu-por-40-das-exportacoes-agricolas-brasileiras-no-1-semester.htm#:~:text=A%20China%20>

[respondeu%20por%2040,tempo%20real%20do%20Grupo%20Estado](#). Acesso em: 10 mar. 2024.

ESPÍRITO SANTO, B. R. **Os caminhos da agricultura brasileira**. São Paulo: Evoluir, 2001. 144p.

EW, A. R. **Reestruturação do cooperativismo agropecuário no Rio Grande do Sul: os casos Cosuel e Coapel – anos 90**. 2001. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FAJARDO, S. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial e a atuação das cooperativas agropecuárias no Paraná. **Caminhos de Geografia**, v. 4, n. 1, p. 31-47, 2006.

FAJARDO, S. A ação das cooperativas agropecuárias na modernização da agricultura no estado do Paraná, Brasil. **Geotextos**, v. 12, n. 1, p. 207-230, 2016.

FARIAS, F. R. **A dinâmica geoeconômica do cooperativismo agropecuário do sul do Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

FOLHA. FHC rejeita 'perdão' a agricultores em débito. **Folha de São Paulo**, 18 ago. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fof/pol/ult180899110.htm>. Acesso em: 06 jul. 2023.

FGV. O Ranking das 100 maiores do Agronegócio. Instituto Brasileiro de Economia. **Revista Agroanalysis**, v. 20, n. 10, 2000.

FGV. 2001. O Peso da Solidariedade. Instituto Brasileiro de Economia. **Revista Agroanalysis**, v. 21, n. 2, 2001a.

FGV. As 50 maiores Cooperativas Agropecuárias do Brasil. Instituto Brasileiro de Economia. **Revista Agroanalysis**, v. 21, n. 10, 2001b.

GAZETA DO POVO. Com fatia de 40% do setor no Brasil, cooperativas do Paraná crescem R\$ 10 bilhões por ano. **Jornal Gazeta do Povo**, 07 dez. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/soja/com-fatia-de-40-do-setor-no-brasil-cooperativas-do-parana-crescem-r-10-bilhoes-por-ano-c0ia0z6pk42q68ucjq6g3v3l8/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GERKE, A. A. **COPAGRIL: Uma análise do cooperativismo no Oeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1992.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 490p.

HESPANHOL, A. N.; COSTA, V. M. A importância das cooperativas no processo de modernização da agricultura paranaense. **Boletim de Geografia Teórica**, v. 25, n. 49, p. 373-384, 1995.

HELFAND, S.; REZENDE, G. C. A agricultura brasileira nos anos 1990: o impacto das reformas de políticas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Orgs.). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA. 2001. p. 247-301.

KOSLOVSKI, João Paulo. **Cooperativismo paranaense: experiências, resultados, propostas.** Curitiba: OCEPAR, 2018. 294p.

LOUREIRO, M. R. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: LOUREIRO, M. R. (Ed.). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1981. p. 133-155.

LUCENA, R. B.; SOUZA, N. J. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950-00. **Indicadores Econômicos**, v. 29, n. 2, p. 180-200, 2001.

MARANDOLA, M. E.; RODRIGUES, R. L. Cooperativismo Agropecuário Paranaense: evolução no período de 1966-1985. **Terra e Cultura**, v. 3, p. 65-84, 1988.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1984. 912p.

MEDEIROS, M. C.; PADILHA, W. Os ciclos de desenvolvimento do cooperativismo agropecuário e o crédito rural no Sudoeste do Paraná. **Geosul**, v. 29, n. 58, p. 185-204, 2014.

MENDONÇA, S. R. **O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993).** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010. 300p.

MENDONÇA, S. R. Sociedade Civil, Sociedade Política e Agricultura no Brasil (1910-1945). **História e Perspectivas**, v. 26, n. 48, p. 43-80, 2013.

MENDONÇA, S. R. **A política de cooperativização agrícola do Estado Brasileiro (1930-1945).** Niterói: Eduff, 2002. 183p.

MENEGÁRIO, A. H. **Emprego de indicadores sócio-econômicos na avaliação financeira de cooperativas agropecuárias.** Dissertação de Mestrado em Ciências, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MENEZES, Fabiane Ziolle. Exportação não reage à melhora da economia europeia. **Gazeta do povo**, 19 outubro, 2013. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/exportacao-nao-reage-a-melhora-da-economia-europeia-4k05769ohrc217y03s546a98u>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MUZILLI, O. A assistência agrônômica no Estado do Paraná. **Cadernos de Difusão Tecnológica**, v. 6, n. 1, p. 141-147, 1989.

OCEPAR. Eleições I: dos 17 parlamentares do programa pr.coop+10, 11 foram eleitos no Paraná. **Informe Paraná Cooperativo**, 8 outubro, 2018. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/PPC/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/119698-eleicoes-2018-i-dos-17-parlamentares-do-programa-prcoop10-11-foram-eleit-os-no-parana>. Acesso em: 10 mar. 2024.

OCEPAR. Programa de Educação Política atingiu o resultado esperado, avaliam dirigentes. **Informe Paraná Cooperativo**. 2022. Disponível em: https://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php?option=com_content&view=article&id=143387:reuniao-diretoria-programa-de-educacao-politica-atingiu-o-resultado-esperado-avaliam-dirigentes&catid=15:informe&Itemid=870&acm=3004_5535. Acesso em: 05 jul. 2023.

OCEPAR. Cooperativas do PR cresceram 18,49% em 2022. **Avicultura Industrial**. 2023. Disponível em: <https://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/cooperativas-do-pr-cresceram-1849-em-2022/20230331-091823-F115>. Acesso em: 05 jul. 2023.

OLIVEIRA, P. C. F. **Extensão Rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

PADILHA, W. **O papel do crédito no desenvolvimento das cooperativas agropecuárias**. 2014. 2013 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2014.

PADILHA, W.; ESPINDOLA, C. J. O BNDES e o cooperativismo agropecuário brasileiro depois de 2000. **Revista de Política Agrícola**, v. 29, n. 2, p. 102-118, 2020.

PLOEG, J. D.; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; ROEST, K.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; VENTURA, F. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

RAMOS, S. Y.; MARTHA JR, G. B. **Evolução da Política de Crédito Rural Brasileira**. Documentos num. 292. Brasília: Embrapa, 2010. 65p.

RICKEN, J. R. **A integração econômica e social nas cooperativas agropecuárias do Paraná**. 2006. 2009 f. Dissertação de Mestrado Gestão Empresarial, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2009.

SERRA, E. A participação do Estado na Formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **Revista de Geografia Agrária: Campo e Território**, v. 16, n. 8, p. 6-37, 2013.

SETTI, E. O. **Cooperativismo Paranaense: OCEPAR 40 anos construindo o futuro**. Curitiba: OCEPAR, 2011. 361p.

SILVA, E. F. **A organização das cooperativas brasileiras e a negação do direito fundamental à livre associação**. 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SILVA, R. **O agronegócio, antítese do desenvolvimento nacional**. 2022. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-agronegocio-anttese-do-desenvolvimento-nacional/>. Acesso em: 06 jul. 2023.

STN. **Memorando SEI nº73/2018/ASSES/STN-MF**. 2018.

Recebido: 05/10/2024
Aceito: 11/02/2025